

# PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO



## Produto III: Plano Estratégico

Novembro de 2008



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

**PRODETUR**  
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR)

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DO TURISMO (SETUR)

**PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO/CEARÁ II (PRODETUR/CE II)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANJA

SANEBRÁS PROJETOS CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA.

**PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE GRANJA**

---

PRODUTO III: PLANO ESTRATÉGICO

NOVEMBRO DE 2008

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - Ministério do Turismo (MTur)**

---

**Luiz Inácio Lula da Silva**

Presidente da República

**Luiz Eduardo Pereira Barretto Filho**

Ministro do Turismo

**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ - Secretaria do Turismo (SETUR)**

---

**Cid Ferreira Gomes**

Governador do Estado

**Bismarck Costa Lima Pinheiro Maia**

Secretário do Turismo

**Programa de Desenvolvimento do Turismo/Ceará II (PRODETUR/CE II)**

---

**Olga Valéria Barbosa Teixeira**

Coordenadora do Programa

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANJA**

---

**Francisco Geovane da Rocha Brito**

Prefeito do Município

**SANEBRÁS PROJETOS CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA.**

---

**Francisco André Martins Pinto**

Responsável Técnico

## **EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL**

---

**FRANCISCO VIEIRA PAIVA**

COORDENAÇÃO GERAL

Doutorando em saneamento – engenheiro civil

**RUTH TORRES HOLLANDA**

COORDENAÇÃO ETAPAS 2 E 3

Pós graduada em Planejamento Regional, Aperfeiçoamento e Instrumentação Crítica de Arquitetura, Formação de Dirigentes Industriais, Programação e Gestão Estratégica, Planejamento Habitacional – arquiteta e urbanista

## **EQUIPE TÉCNICA**

---

**RUTH TORRES HOLLANDA** – arquiteta urbanista

**MARIA LUZIA ARAÚJO FREITAS** – arquiteta urbanista

**RODRIGO PAIVA DE LUCENA** – geógrafo

**FRANCISCO JOSÉ FREIRE DE ARAÚJO** – biólogo

## **COLABORADORES**

---

**CAETANO TORRES GOUVEIA NETO** – designer

**KARLOS MARKES NUNES PARENTE** – capa

**RICARDO ROBSON PAIVA DE LUCENA** – técnico de campo

**VERÔNICA CLAUDÊNIA FERREIRA SILVA** – auxiliar

**ANDRÉ LIMA MALAFAIA CARVALHO** – estagiário

## **PARTICIPANTES DE OUTRAS ETAPAS**

---

**WILSON VICENTINO** – advogado

**JANAINA MOTA** – assistente social

## **PARTICIPANTES ESPECIAIS**

---

**ALEX FONTENELE** – colaborador

Inspirado nas suas mostras de coragem e determinação,  
esse trabalho foi realizado com o povo da Granja  
e para o povo da Granja.



Composição e Design: Caetano Neto

## APRESENTAÇÃO



A SANEBRÁS PROJETOS, CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA, conforme contrato firmado com a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANJA apresenta o terceiro produto dos trabalhos de elaboração do Plano Diretor Participativo do Município, o PLANO ESTRATÉGICO.

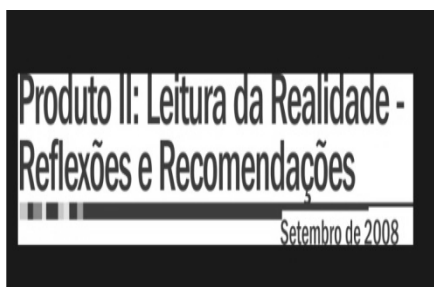
O documento foi elaborado em consonância com as especificações do Termo de Referência para a Elaboração do Plano Diretor Participativo do Município de Granja, fornecido pela Prefeitura Municipal, e o Plano de Trabalho apresentado pela Consultora na sua Proposta Técnica, quando da realização do processo licitatório para a realização dos serviços referentes à produção do Plano Diretor Participativo em pauta.



O Estatuto da Cidade impõe a todos os Planos Diretores o desafio de planejar o futuro da cidade, incorporando todos os setores sociais, econômicos e políticos que a compõe, de forma a construir um compromisso entre cidadãos e governos na direção de um projeto que inclua todos. Daí a importância de ser PARTICIPATIVO.



O Plano Diretor deve, portanto, ser elaborado e implementado com a participação efetiva de todos os cidadãos. Segundo ainda o Estatuto da Cidade, o processo deve ser conduzido pelo poder Executivo, articulado com os representantes no poder Legislativo e com a sociedade civil. No caso, a Prefeitura de Granja é a responsável pela condução do PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE GRANJA.



Produto III – Plano Estratégico, compõe juntamente com o Produto I – Estruturação e Mobilização; Produto II – Leitura da Realidade – Reflexões e Recomendações; Produto IV – Estruturação Territorial Urbana; Produto V - Definição e Elaboração de Instrumentos de Planejamento e Política Urbana; Produto VI – Implementação e Gestão do Plano, a totalidade do Plano Diretor Participativo de Granja

O Plano Estratégico caracteriza o modelo de desenvolvimento proposto e estabelece as metas a serem atingidas pelo Plano Diretor Participativo de Granja, contemplando, buscando sempre o enfoque de todo o território do município, possíveis alternativas para a solução dos problemas identificados no processo de leitura da realidade.



O Governo Federal, através do Ministério do Turismo, e o Governo Estadual, através da Secretaria de Turismo – Setur, promovem a elaboração do Plano Diretor Participativo de Granja

## ETAPAS

O Plano Diretor Participativo do Município de Granja está estruturado obedecendo às seguintes etapas:

A ETAPA 1 corresponde à **ESTRUTURAÇÃO DO MUNICÍPIO E MOBILIZAÇÃO** dos segmentos da sociedade. Estão previstas no mínimo três ações, que visam à preparação e capacitação do município para os trabalhos de elaboração do PDP e ao chamamento da população para a participação no processo.

Na ETAPA 2, será realizada a **LEITURA DA REALIDADE – REFLEXÕES E RECOMENDAÇÕES**, tanto do ponto de vista técnico, traduzida na Leitura Técnica, quanto comunitário, apresentada na Leitura Comunitária. Serão ações, as quais contemplarão levantamento, análise e discussão dos aspectos socioeconômicos, infra-estruturais, histórico-culturais e socioambientais do município.

A ETAPA 3 se refere à construção do **PLANEJAMENTO URBANO ESTRATÉGICO** para a solução dos problemas e o aproveitamento das potencialidades municipais identificados na etapa anterior. Nesta etapa serão definidas as prioridades do município e traçadas as metas e estratégias para a implementação das determinações do Plano.

A penúltima etapa (ETAPA 4) trata da **DEFINIÇÃO E ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E POLÍTICA URBANA**. Aqui as leis do município serão revistas e discutidas por todos os segmentos da sociedade granjense. Esta etapa culmina com a formatação e pactuação das propostas de leis condizentes com a realidade atual do município.

A ETAPA 5 diz respeito à **IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE GRANJA**. As atividades pensadas para esta etapa visam à consolidação do Plano Diretor e à definição de um sistema de monitoramento e avaliação de todas as ações previstas no documento proposto. (SANEBRÁS, 2008)

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>6</b>
ETAPAS .....	7
<b>ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES</b> .....	<b>9</b>
<b>ÍNDICES DE TABELAS</b> .....	<b>9</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>2 OBJETIVO PARA GRANJA</b> .....	<b>11</b>
2.1 EXEMPLO DE SUPERAÇÃO.....	11
2.2 OPÇÃO PELA SUSTENTABILIDADE.....	11
2.3 MODELO DE CIDADE.....	12
2.4 POSSIBILIDADES .....	12
2.4.1 QUANTO AO TURISMO.....	12
2.4.2 QUANTO AS OUTRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS .....	13
2.4.3 QUANTO A PROMOÇÃO DA CULTURA LOCAL.....	14
<b>3 PARA GRANJA TER UM CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL</b> .....	<b>15</b>
3.1 CONCEITOS .....	15
3.2 SUSTENTABILIDADE SOCIO-ECONÔMICA.....	16
3.2.1 PRIORIZAR O HOMEM.....	16
3.2.2 DIMENSIONAR O UNIVERSO A SER TRABALHADO .....	16
3.2.3 GARANTIR O DIREITO DA EXISTÊNCIA .....	18
3.2.4 ASSEGURAR O DIREITO DA SOBREVIVÊNCIA .....	20
3.2.5 PROMOVER UMA VIDA SAUDÁVEL .....	22
3.2.6 OFERTAR SERVIÇOS DE SAÚDE SATISFATÓRIOS.....	24
3.2.7 PROMOVER A AUTONOMIA E A AUTOREALIZAÇÃO DOS INDIVÍDUOS.....	27
3.2.8 FORNECER CONDIÇÕES FÍSICAS PARA O MELHOR DESEMPENHO DA EDUCAÇÃO	
31	
3.2.9 QUALIFICAR O CORPO DOCENTE.....	32
3.2.10 AUMENTAR AS CAPACIDADES.....	33
3.2.11 AMPLIAR E FORTALECER O CAPITAL SOCIAL.....	33
3.2.12 ESTIMULAR AÇÕES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA .....	35

3.2.13	<i>PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS DE BASE LOCAL</i>	36
3.2.14	<i>APOIAR A AGRICULTURA FAMILIAR</i> .....	37
3.2.15	<i>INCENTIVar O SETOR AGROPECUÁRIO</i> .....	38
3.2.16	<i>PROMOVER GRUPOS ESPECIAIS</i> .....	39
3.2.17	<i>REALIZAR AÇÕES DE MUNICÍPIO EMPREENDEDOR</i> .....	39
3.3	SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	<b>ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.</b>
4	<b>RECOMENDAÇÕES</b> .....	<b>ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.</b>
5	<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.</b>

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Granja eu acredito.....	11
------------------------------------	----

## ÍNDICES DE TABELAS

Tabela 1- Cobertura vacinal menores de 1 ano.....	21
Tabela 2- Indicadores de morbidade e fatores de risco.....	24
Tabela 3 – Recursos e Cobertura - 2004.....	26

## 1 INTRODUÇÃO

Uma nova postura se impõe na elaboração de Planos Diretores.

Mais do que um documento um Plano Diretor precisa ser um pacto.

Um pacto em que a comunidade conscientizada faz, para viver em harmonia e com perspectiva de alcançar uma vida melhor.

Um pacto com regras pré-estabelecidas e criadas de comum acordo, em que o coletivo prepondere sobre o individual.

Um pacto visando o desenvolvimento, mas garantindo a igualdade de oportunidades, o respeito à cultura e à natureza, e que eleve a capacidade social da população de forma a que seja permitido a todos, a participação efetiva dos resultados obtidos.

Para que esses pactos sejam conscientes e produtivos é necessário um conhecimento prévio sobre os diferentes aspectos, os diversos enfoques que irão conformar um retrato da realidade local. A partir daí, após a identificação e o exame dos conflitos, demandas e potencialidades do município, elaboram-se as estratégias de intervenção no território, reunidas no plano estratégico.

Nesse sentido, **OBJETIVO PARA GRANJA** define as linhas estratégicas de enfrentamento das dificuldades e voltadas para o salto de qualidade que se pretende atingir.

No entanto, crescer por crescer não pressupõe desenvolver. Só interessa a Granja, crescer melhorando as condições de vida da sua população e respeitando o meio ambiente. Não se pode pensar em fazer desse crescimento um fato episódico, esporádico. O crescimento tem que ser contínuo, persistente, transformador. Para isso é necessário ter bem definidas as condições que irão assegurar a sustentabilidade. **PARA GRANJA TER UM CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL** é, pois, a parte do processo de elaboração do PDP de Granja em que serão definidas algumas premissas de atuação e constitui-se na etapa em que problemas mais específicos que comprometem a sustentabilidade ambiental, sócio-econômica serão levantados, avaliados e serão feitas recomendações para sua superação.

Espera-se cumprir assim mais essa etapa que contribuirá sobremaneira para a construção de um Plano Diretor Participativo para o município de Granja que buscará orientar o desenvolvimento do município para os próximos 20 anos.

## 2 OBJETIVO PARA GRANJA

Todas as intervenções e ações propostas serão dirigidas a um único objetivo:

Fazer de Granja um exemplo de superação, optando pela promoção de um desenvolvimento sustentável, orientado de forma a tornar Granja em um modelo de cidade e de município bom de viver.

Figura 1 - Granja eu acredito

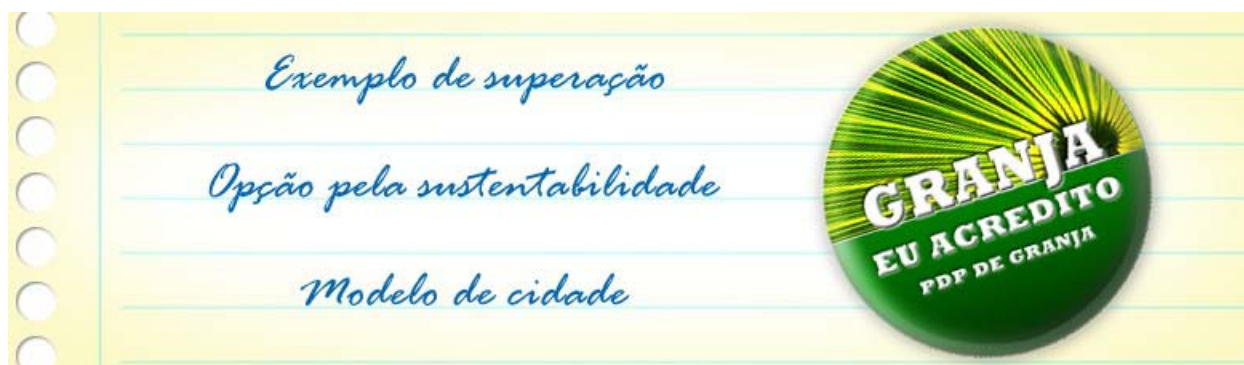


Ilustração: Caetano Neto

### 2.1 EXEMPLO DE SUPERACÃO

As dificuldades e as carências são históricas em Granja.

Não quer dizer, no entanto, que haja um determinismo que não possa ser revertido.

É plenamente viável Granja elevar seu IDH, em torno de 0,5 para o mais próximo possível do índice considerado desejável de 0,8 em um médio e longo prazo. Basta que sejam concentrados esforços em educação, saúde e trabalho

### 2.2 OPÇÃO PELA SUSTENTABILIDADE

É a estratégia plenamente aprovada como modelo de desenvolvimento menos agressivo, mais permanente, usufruído por todos e ecologicamente correto.

## 2.3 MODELO DE CIDADE

Com as distorções observadas nas grandes metrópoles, cada dia mais pessoas estão procurando ambientes urbanos mais calmos, menos conturbados, mais prazerosos de se viver. Cidades como Granja podem ser o local ideal para quem busca esse tipo de vivência.

## 2.4 POSSIBILIDADES

### 2.4.1 QUANTO AO TURISMO

RECOMENDAÇÃO 2-1- DEIXAR DE SER LOCAL DE PASSAGEM E TRANSFORMAR-SE EM LOCAL DE PARADA VISITAÇÃO E PERMANÊNCIA.

Por Granja passam todas as rotas turísticas previstas para os diversos tipos de atividades turísticas. Saber aproveitar essa situação estratégica revertendo o atual papel de mero ponto de passagem, atraindo o turista para parar, visitar e até permanecer, requer várias ações que serão detalhadas na etapa 3 desse trabalho.

RECOMENDAÇÃO 2-2- APOIAR E COMPLEMENTAR AÇÕES TURÍSTICAS DE APELO INTERNACIONAL – JERICOACOARA E CAMOCIM

Granja tem o privilégio de estar próxima a dois pontos turísticos internacionalmente divulgados e conhecidos, o que reduz os custos de marketing e amplia as possibilidades de demanda por produtos turísticos.

RECOMENDAÇÃO 2-3- DESENVOLVER E DINAMIZAR AÇÕES DE VALORIZAÇÃO DE ATRATIVOS TURÍSTICOS

Granja possui potencialidades turísticas que necessitam ser melhor divulgadas e potencializadas.

São vocações turísticas do município:

- Turismo religioso – peregrinação da N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> do Livramento do Parazinho - em mais antigo do que em Canindé

- Turismo Histórico – presença de casarões e prédios potencialmente a serem tombados como patrimônio histórico.
- Turismo Rural – centro de excelência na produção de carnaúba e edificações reconhecidas como patrimônio histórico rural, com características portuguesas – alpendre dobrado
- Turismo de Aventura – em locais como Parazinho, Pirapora e Palmeiras além de serras e outras situações geográficas favoráveis.

#### RECOMENDAÇÃO 2-4 - CONSTITUIR-SE EM POLO DE LAZER, LOCAL DE VERANEIO E CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS

O turismo interno é um grande mercado a ser explorado. Granja tem a seu favor a possibilidade de atrair habitantes do Estado do Piauí, e das regiões de Sobral, Ibiapaba, Fortaleza, entre outras muitas possibilidades.

A exemplo do que ocorre com Viçosa do Ceará e Guaramiranga, Granja poderá se especializar na promoção de eventos culturais que sejam atrativos para todo o Ceará e Nordeste.

#### 2.4.2 QUANTO AS OUTRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

#### RECOMENDAÇÃO 2-5 - TORNAR-SE CENTRO DE ESTUDOS, PESQUISAS, APROVEITAMENTO E BENEFICIAMENTO DA CARNAÚBA RECONHECIDO INTERNACIONALMENTE

A carnaúba faz parte da história de Granja. Até hoje o município destaca-se como o maior produtor desse bem que é praticamente exclusivo dessa região do nordeste. Nada mais natural, portanto que a carnaúba se torne em um bem incorporado ao marketing turístico, inclusive induzindo a criação de turismo científico e de negócios voltados para o seu aproveitamento e beneficiamento.

#### RECOMENDAÇÃO 2-6 - ESTABELECEER-SE COMO CENTRAL ATACADISTA E DE DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DE PRODUTOS PRIMÁRIOS E INDUSTRIALIZADOS

A vantagem locacional de Granja por ser um ponto de entroncamento precisa ser aproveitada e economicamente usufruída.

Nesse sentido são viáveis investimentos voltados a transformação em ponto de coleta de produtos primários – exemplo, produção das serras de Ibiapaba, Meruoca e adjacências e distribuição para as áreas litorâneas.

Especialização de produtos destinados ao consumo turístico, tornando-se central de abastecimento de hotéis, restaurantes, pousadas e afins.

#### RECOMENDAÇÃO 2-7 - SER COMPETITIVO DE FORMA A ATRAIR EMPREENDIMENTOS ESTRUTURANTES

Granja também deve se preparar para entrar na competição de cidades, barganhando, estimulando, e se ofertando como lócus de empreendimentos realmente promotores de progresso. Nesse caso deve ser contabilizados custos e benefícios, de forma a não comprometer o desenvolvimento sustentado esperado.

### 2.4.3 QUANTO A PROMOÇÃO DA CULTURA LOCAL

#### RECOMENDAÇÃO 2-8 - APOIAR VIOLEIROS, MÚSICOS, ARTISTAS DE TEATRO E OUTROS PROFISSIONAIS LIGADOS A CULTURA E ARTESANATO

A tradição cultural de Granja, voltada para o gosto musical e para a teatralidade, necessita ser incentivada e aprimorada de modo a tornar o município reconhecido e seus artistas valorizados.

#### RECOMENDAÇÃO 2-9 - PROMOVER TORNEIOS, CAMPEONATOS E ATIVIDADES CULTURAIS DE INTEGRAÇÃO

A integração regional, a prevalência de formas de união, solidariedade, civilidade, companheirismo, cidadania são conquistadas através de práticas saudáveis de torneios e competições que devem por essa razão serem estimuladas.

## 3 PARA GRANJA TER UM CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

### 3.1 CONCEITOS

Crescimento Sustentável é o atendimento das necessidades das gerações atuais, sem comprometer a possibilidade de satisfação das necessidades das gerações futuras.

O objetivo da sustentabilidade é induzir o homem a reduzir a pegada predatória. Como a biodiversidade planetária está no limiar do esgotamento, todas as atenções da sustentabilidade dirigem-se para o meio ambiente. No entanto, ela possui infundáveis vertentes. É, portanto em razão dessas inúmeras correlações que a sustentabilidade se tornou um tema complexo. Não se pode fechar questão em torno dela, tampouco aprisioná-la em conceitos que servem mais para acomodar interesses do que compreendê-la.

A complexidade da sustentabilidade decorre do fato de ser necessária a mudança de nossos hábitos e costumes. Para isso é preciso ter ética. É necessário ter respeito para com os seres vivos. Devemos nos preocupar com o próximo. Daí a dificuldade em expandir nossas consciências para além do lugar comum. Não estamos habituados a fazê-lo, e lamentavelmente, poucos possuem boa vontade em ascender a esse novo patamar de consciência. É preciso capacitação e disciplina. Se fosse fácil, o mundo não estaria na situação em que se encontra.

A definição correta de sustentabilidade na visão atual é atividade economicamente viável, socialmente justa e ecologicamente correta. Essa definição carrega uma nova percepção do que seja sustentável para o futuro de nossa espécie. Através dela fica claro que se não atendermos aos aspectos, socioeconômico e ambiental, não seremos sustentáveis para nós e para o meio ambiente.

A definição correta de sustentabilidade na visão atual é atividade economicamente viável, socialmente justa e ecologicamente correta.

De acordo como Relatório Brundtland2: "desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforça o potencial presente e futuro, afim de atender às necessidades e aspirações futuras ... é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades."

## 3.2 SUSTENTABILIDADE SOCIO-ECONÔMICA

### 3.2.1 PRIORIZAR O HOMEM

A dimensão social do desenvolvimento sustentável corresponde, especialmente, aos objetivos ligados à satisfação das necessidades humanas, melhoria da qualidade de vida e justiça social.

Centralizar no homem em todas as suas dimensões: físicas, sociais e políticas, no seu comportamento, nos seus relacionamentos, na sua condição de vitalidade, na sua capacitação, nas formas de interação social, são os pressupostos e as premissas.

RECOMENDAÇÃO 3-1- Transformar sua população em indivíduos saudáveis, proativos e motivados a inclusive alterar as formas de interação do homem com o seu meio ambiente, quebrando paradigmas do modo de vida urbano atual em que prevalecem os conflitos, fazendo com que os turistas também possam compartilhar desta nova maneira de conviver e com isso ampliar o seu encantamento com o local

### 3.2.2 DIMENSIONAR O UNIVERSO A SER TRABALHADO

#### RECOMENDAÇÃO 3-2 ACOMPANHAR TAXAS DE CRESCIMENTO E FECUNDIDADE

Não basta atender a população atual. A vigência de um Plano Diretor Participativo é de vinte anos, com previsão de atualização em dez anos.

A variação da taxa de crescimento populacional é essencialmente um fenômeno de médio e longo prazo. É fundamental para subsidiar a formulação de políticas públicas de natureza social, econômica e ambiental, uma vez que a dinâmica do crescimento demográfico permite o dimensionamento de demandas, tais como: acesso aos serviços e equipamentos básicos de saúde e de saneamento, educação, infra-estrutura social, emprego e entre outras.

Em Granja a **taxa de crescimento da população** é de **2,4**, superior ao do Estado que era de **2,18**, segundo o IBGE.

Para se projetar a situação futura é necessária a compreensão das mudanças demográficas ocorridas mais recentemente.

*Taxa de crescimento – 2,4*

*Taxa de fecundidade – 2,6*

*Índice de envelhecimento – 15,1*

Observa-se um declínio contínuo das taxas de fecundidade total, resultado da ampliação do uso de métodos contraceptivos, da maior participação das mulheres no mercado de trabalho, da melhoria no nível de escolaridade, entre outros fatores.

Mesmo assim a **taxa de fecundidade** de Granja- **2,6** é superior a da média estadual- **2,0**. (SESA-CE , 2005)

A redução da taxa de fecundidade, em conjunto com o aumento na expectativa de vida, vem contribuindo para o processo de envelhecimento da população.

O **índice de envelhecimento** é calculado pelo número de pessoas de 65 anos e mais de idade, para cada 100 pessoas menores de 15 anos de idade, na população.

Valores elevados desse índice indicam que a transição demográfica encontra-se em estágio avançado

Em Granja esse índice era da ordem de **15,1**, enquanto que do Estado era de **18,4**, segundo IBGE, com cálculos da SESA-CE

### RECOMENDAÇÃO 3-3 – TORNAR EFICIENTE E CONFIÁVEL OS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES DE SAÚDE

Para aprofundar o conhecimento da realidade no campo da saúde foram criados sistemas de informações que têm contribuído significativamente para a reflexão crítica sobre as principais causas de morbidade/mortalidade e uma correta definição de prioridades.

Subsidiar o planejamento de saúde e a busca pela melhoria contínua da qualidade, cobertura e eficácia das ações educativas e assistenciais, tem sido a tônica do:

SIA - Sistema de Informações Ambulatoriais

SIAB - Sistema de Informações da Atenção Básica

SIH - Sistema de Informações Hospitalares

SIM - Sistema de Informações sobre Mortalidade

SINAN - Sistema de Informações de Agravos de Notificação

SINASC - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos

SIOPS - Sistema de Informações sobre Orçamento Público

SI-PNI - Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunização

*Grau de cobertura do SISNAC — 66,9*

*Grau de cobertura do SIM- 60,3*

Com isso têm contribuído para identificar áreas críticas; auxiliar o planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas.

Apresentando um grau de cobertura de somente **66,9** dos **nascidos vivos** em Granja o SINASC não apresenta boa cobertura na base de dados, pois para o Estado esse índice já é de **84,6** e o ideal seria próximo a 100. A cobertura do SIM – que diz respeito ao **levantamento dos óbitos** também é deficitária em Granja com somente **60,3** contra **69,8** do Estado, quando também o ideal seria valores próximos a 100. (SESA-CE , 2005)

### 3.2.3 GARANTIR O DIREITO DA EXISTÊNCIA

#### RECOMENDAÇÃO 3-4 – AUMENTAR O ÍNDICE DE ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER

A esperança de vida ao nascer indica a longevidade média esperada para um recém-nascido de determinado grupo populacional em um dado período de tempo.

Representa o número médio de anos que um recém-nascido esperaria viver, se estivesse sujeito a uma lei de mortalidade observada em dada população, no ano considerado.

A esperança de vida ao nascer está estreitamente relacionada às condições de vida e de saúde da população, expressando influência: social, econômica e ambiental. A verificação de aumento na longevidade de um determinado grupo significa melhoria destas condições, em particular no âmbito da saúde pública e na atenção às questões ambientais.

Em Granja para o ano de 2000 foi calculada uma **esperança de vida** de **64,6 anos**, inferior a do Ceará – **67 anos**. (SESA-CE , 2005)

Segundo os dados do MS/SVS- SINASC no ano de 2004 em Granja **nasceram 927 crianças**, e o número de **óbitos** foi da ordem de **232**, ficando a **taxa de natalidade** em torno de **18,3** e a de **mortalidade** em torno de **4,5**. Esses indicadores diferenciavam-se da média estadual que apresentava **taxa de natalidade** de **17,6** e **mortalidade** de **6,2**, o que segundo os especialistas indicam baixas condições socioeconômicas. (SESA-CE , 2005)

*Esperança de vida* — **64,6** anos

*taxa de natalidade* — **18,3**

*taxa de mortalidade* — **4,5**

### RECOMENDAÇÃO 3-5 – GARANTIR CONDIÇÕES SAUDÁVEIS DE NASCIMENTO

Garantir uma gravidez saudável é o primeiro passo para assegurar um nascimento tranquilo.

A **proporção de recém nascido com mães com quatro ou mais consultas de pré-natal** ainda é baixa em Granja, não atingindo a **72%** do total de nascidos vivos. A média estadual era quase **90%**. Isso requer uma avaliação das políticas de saúde voltada para o atendimento pré-natal. (SESA-CE , 2005)

É também baixa a **proporção de partos hospitalares** em relação ao total de partos, com pouco mais de **79%** em Granja, quando para o Estado quase atinge o percentual de **98%**. Esse indicador demonstra as condições de acesso e qualidade da assistência ao parto, e as ações de saúde na atenção materno-infantil são bem inferiores em Granja do que no resto do Estado. (SESA-CE , 2005)

**72%** de mães com 4 ou mais consultas de pré-natal

**79%** de partos hospitalares

**12,1%** partos cesáreos

**35** por mil adolescentes são mães

O fato da **proporção de partos cesáreos** de Granja ser menos da metade do apresentado na média estadual – **12,1%** e **34,4%** respectivamente, pode não ser um fator negativo, se se considera que o parto normal é mais saudável. (SESA-CE , 2005)

A gravidez na adolescência também é um problema a ser enfrentado. Embora com taxas inferiores às apresentadas pelo Estado, Granja apresenta o índice considerado alto de quase **35 de partos e abortamento por mil mulheres adolescente**, e o Estado de **37,1**. Altas taxas de internações neste grupo de causas sugerem condições assistenciais insatisfatórias nesta faixa de idade, principalmente na atenção básica. (SESA-CE , 2005)

### RECOMENDAÇÃO 3-6- REDUZIR AS TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL A NÍVEIS ACEITÁVEIS

A taxa de mortalidade infantil é um indicador importante das condições de vida e de saúde de uma população. Pode, também, contribuir para uma avaliação da disponibilidade e acesso aos serviços e recursos relacionados à saúde, como a atenção ao pré-natal e ao parto, a vacinação contra doenças infecciosas infantis, a disponibilidade de saneamento básico, entre outros.

Por estar estreitamente relacionado ao rendimento familiar, ao nível da fecundidade, à educação das mães, à nutrição e ao acesso aos serviços de saneamento básico, a redução da mortalidade infantil é um dos importantes e universais objetivos do desenvolvimento sustentável.

Apesar de uma queda considerável, a **taxa de mortalidade infantil** em Granja continua superior a do total do Estado, quando em Granja a proporção é de **25,9/ mil nascidos vivos**, para o Estado a média era de **22,6/ mil nascidos vivos** para o ano de 2004, segundo MS/SVS- SIM e SINASC.

A **taxa de mortalidade neonatal** que é o número de óbitos de crianças de 0 a 27 dias de vida completos, por mil nascidos vivos, na população residente, é inferior em Granja com **11,9** em relação ao Estado que atinge **14,8**. Já a **taxa de mortalidade pós-neonatal** é quase o dobro – **14 por 1.000 nascidos vivos** em Granja, quando a do Estado era de **7,7** por 1.000 nascidos vivos. (SESA-CE , 2005)

Em **relação ao total dos óbitos, a mortalidade infantil (óbitos em menores de 1**

**ano)** representava um pouco mais de **10%**, enquanto que para o Estado esse percentual era de **7,6%**. Preocupa, no entanto o alto **índice de mortes com mais de 28 dias – 54,2%** em Granja, contra **34%** para o Estado, já que para esse grupo as possibilidades médicas são mais eficientes. (SESA-CE , 2005)

As **mortes na infância** são acentuadas em Granja quando se considera a média Estadual – **3,9%** contra **1,2%** na **idade pré-escolar** de 1 a 4 anos, e de **1,3%** em Granja contra **0,7%** apresentada pelo Estado nas **crianças de 5 a 9 anos**, também devem estar correlacionadas com dificuldades no atendimento pediátrico. (SESA-CE , 2005)

### 3.2.4 ASSEGURAR O DIREITO DA SOBREVIVÊNCIA

#### RECOMENDAÇÃO 3-7- COMBATER A DESNUTRIÇÃO TOTAL

Granja tem bons índices quando se considera a **proporção de recém nascidos com baixo peso ao nascer**, segundo o MS/SVS-SINASC somente **5,1%** de nascidos vivos de mães residentes, apresentavam peso ao nascer inferior à 2.500g. Para o Estado esse percentual girava em torno de **7,4**.

Não se tem os dados de desnutrição total para Granja, que representa a proporção de crianças menores de 5 anos de idade com desnutrição total. As variáveis utilizadas são as principais medidas antropométricas para avaliar o crescimento, peso e idade, e o contingente populacional infantil até 5 anos de idade. O cálculo se baseia na pesagem e determinação da relação entre a massa corporal e a idade para as crianças menores de 5 anos de idade. Esta relação é conhecida como índice P/I, peso

*Taxa de mortalidade infantil – 25,9/mil*

*Mortalidade neonatal – 11,9/mil*

*Mortalidade pós neonatal – 14/mil*

*Óbitos em menores de 1 ano – 10%*

*Mortes na infância – 3,9%*

para a idade. Considera-se como desnutrição total o valor de peso corporal abaixo de menos 2 desvios-padrão da mediana do peso para a idade, comparado ao valor de referência. O indicador expressa, em percentual, a proporção de crianças desnutridas em relação ao total de crianças sujeitas à pesagem.

A desnutrição geralmente está associada às precárias condições de vida e de assistência à mulher e às crianças, sendo que, na faixa etária até os 5 anos, há maior vulnerabilidade biológica à desnutrição, à morbidade e à mortalidade. O direito à alimentação e à nutrição adequadas é um direito humano básico e sua promoção deve estar entre as prioridades de um país que pretende se desenvolver de maneira sustentável.

A desnutrição infantil vem reduzindo no País, que pode ser explicada pelas políticas de saúde e distribuição de alimentos implementadas no Brasil neste período, pela atuação da Pastoral da Criança, e pela melhoria das condições de saúde e de alimentação das crianças. Entretanto, é preciso ressaltar que, esse indicador merece acompanhamento constante.

### RECOMENDAÇÃO 3-8 - REFORÇAR IMUNIZAÇÃO CONTRA DOENÇAS INFECCIOSAS

A atenção dada à saúde é imprescindível para alcançar o desenvolvimento sustentável, porque a saúde é a principal dimensão da qualidade de vida.

Nesse sentido, é fundamental a realização de programas preventivos contra doenças infecto-contagiosas e imunopreveníveis, essenciais para reduzir a morbidade e mortalidade derivadas das enfermidades infantis. Dessa maneira, a imunização contra essas doenças é indicador básico das condições de saúde infantil e do grau de importância conferido pelo Poder Público aos serviços de medicina preventiva.

Em Granja os percentuais de cobertura são considerados muito baixos, considerando a média estadual.

Tabela 1- Cobertura vacinal menores de 1 ano

COBERTURA VACINAL	GRANJA	ESTADO
contra tetravalente em <1 ano de idade	71,7	94,3
contra hepatite B em <1 ano de idade	69,9	90,9
de triviral em 1 ano de idade	53,6	96,4
de tuberculose em <1 ano de idade	67,3	96,9

Fonte - (SESA-CE , 2005)

### 3.2.5 PROMOVER UMA VIDA SAUDÁVEL

#### RECOMENDAÇÃO 3-9 - REDUZIR DOENÇAS RELACIONADAS AO SANEAMENTO AMBIENTAL INADEQUADO

As doenças classificadas em categorias, de acordo com a sua forma de transmissão, são apresentadas a seguir. Estas doenças podem estar associadas ao abastecimento de água deficiente, ao esgotamento sanitário inadequado, à contaminação por resíduos sólidos ou às condições precárias de moradia.

##### **Doenças de transmissão feco-oral**

Diarréias

Febres entéricas

Hepatite A

##### **Doenças transmitidas por inseto vetor**

Dengue

Febre Amarela

Leishmanioses (tegumentar e visceral)

Filariose linfática

Malária

Doença de Chagas

##### **Doenças transmitidas através do contato com a água**

Esquistossomose

Leptospirose

##### **Doenças relacionadas com a higiene**

###### Doenças dos olhos

Tracoma

Conjuntivites

###### Doenças da pele

Micoses superficiais

###### Geo-helmintos e teníases

## Helminthíases

## Teníases

A precariedade nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta e destinação dos resíduos sólidos, drenagem urbana, bem como a higiene inadequada, se constituem em risco para a saúde da população, sobretudo para as pessoas mais pobres dos países em desenvolvimento, que ainda ficam com sua dignidade afetada. Ampliar o acesso ao saneamento é fundamental para melhorar a qualidade de vida e reduzir a pobreza, um dos objetivos essenciais do desenvolvimento sustentável.

A qualidade dos dados de morbidade depende das condições do sistema de vigilância epidemiológica para detectar, investigar e realizar testes específicos para a confirmação diagnóstica da doença.

Podem ocorrer problemas de notificação em alguns locais, casos de pessoas que utilizam remédios caseiros ou automedicação e não procuram os postos de saúde ou hospitais, e dificuldades de acesso aos serviços de saúde para certos grupos populacionais, ou seja, provavelmente existem casos de DRSAI que não são registrados. Também podem ocorrer casos de DRSAI que não chegam a demandar internações, porque são tratados em tempo.

Ampliar o acesso ao saneamento é fundamental para melhorar a qualidade de vida e reduzir a pobreza, um dos objetivos essenciais do desenvolvimento sustentável.

A Declaração do Milênio, firmada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2000, propõe três metas associadas ao saneamento ambiental, utilizando 1990 como ano de referência: reduzir pela metade a proporção da população sem acesso à água potável até 2015; atingir, até 2020, uma melhoria significativa da qualidade de vida das pessoas que residem em habitações precárias; conter e começar a inverter a incidência da malária. Além disso, a universalização do saneamento ambiental está entre as ações prioritárias da Agenda 21 brasileira.

Segundo a Fundação Nacional de Saúde, saneamento ambiental é um conceito mais abrangente do que saneamento básico, englobando, entre outros aspectos, o abastecimento de água potável, a coleta e a disposição de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, a drenagem urbana, o controle de doenças transmissíveis, a promoção da disciplina no uso do solo e obras especializadas para proteção e melhoria das condições de vida.

Tabela 2- Indicadores de morbidade e fatores de risco

	GRANJA	CEARÁ	
total meningite	1	534	Indica a frequência anual de casos novos confirmados da doença (tétano acidental, doença meningocócica e outras meningites, leishmaniose tegumentar, leishmaniose visceral, leptospirose, hepatites virais, aids e outras). A ocorrência de casos indica a persistência de condições favoráveis a transmissão da doença.
leishmaniose tegumentar	4	2086	
leishmaniose visceral (calazar)	10	378	
leptospirose	1	100	
hepatite A	3	1221	
AIDs adulto	1	648	
dengue/100.000 hab	134,5	48,4	Taxas elevadas de incidência de dengue estão associadas a condições ambientais propícias à proliferação do <i>Aedes aegypti</i> e a insuficientes ações de controle vetorial. Epidemias tendem a eclodir quando mais de 5% dos prédios apresentam focos do vetor, cujo Habitat é urbano e domiciliar.
internação diarreia < 5 anos /1.000hab	8,3	20,4	Alta taxas de internações neste grupo de causa sugerem condições assistenciais insatisfatórias nesta faixa de idade, principalmente na atenção básica. Taxas elevadas são indicativas de insatisfatórias condições socioeconômicas e de saneamento.
infec respiratória aguda <5 anos/1.000hab	5,3	28	
índice de infestação predial	6,3		Mede o grau de infestação do vetor. Epidemias tendem a eclodir quando mais de 5% dos prédios apresentam focos do vetor.

fonte - SESA -CE IDB Ceará, v. 4, p. 16,17,18 - 2005

### 3.2.6 OFERTAR SERVIÇOS DE SAÚDE SATISFATÓRIOS

#### RECOMENDAÇÃO 3-10 - AMPLIAR A OFERTA DE SERVIÇOS BÁSICOS DE SAÚDE

Apesar dos avanços nas condições de saúde, expressos pela redução das taxas de mortalidade e aumento da esperança de vida, há um imenso desafio a ser enfrentado na área de saúde. O acesso universal aos serviços de saúde é condição para a conquista e manutenção da qualidade de vida da população que, por sua vez, é um dos pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável

A Organização Mundial de Saúde - OMS e a Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS não recomendam nem estabelecem taxas ideais de número de leitos e médicos por habitante a serem seguidas e cumpridas por seus países membros, cabendo ao governo de cada país decidir sobre a cobertura de assistência médica e a disponibilidade de leitos e profissionais de saúde, segundo as suas necessidades.

A definição do número de leitos e de médicos por habitante depende, entre outros, de fatores regionais, socioeconômicos, culturais e epidemiológicos, que se diferenciam segundo cada região e país, tornando impossível e pouco válido o estabelecimento de um valor ideal a ser aplicado de forma generalizada.

No Brasil, por exemplo, de acordo com a Portaria no 1.101/GM, de 2002, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre o estabelecimento de parâmetros de cobertura assistencial, a necessidade de leitos hospitalares totais é de 2,5 a 3 para cada 1 000 habitantes. Entretanto, deve ser considerada a flexibilidade destes valores de acordo com especificidades regionais e o tipo de enfoque de política de saúde adotado - se preventivo ou curativo, por exemplo.

O comportamento decrescente do número de leitos para internação pode ser explicado, em princípio, pelo avanço na saúde preventiva e no acesso a serviços básicos de saúde, que tendem a diminuir a necessidade de leitos hospitalares, na medida em que algumas doenças podem ser tratadas sem demandar o uso de leitos hospitalares.

Quanto aos empregos médicos, vale ressaltar que estes não se referem ao número de médicos em si, mas ao de postos de trabalho de profissionais médicos das diversas especialidades, tendo em vista que um mesmo profissional pode atuar em mais de um estabelecimento com vínculos e jornadas de trabalho diferenciadas. Este dado, portanto, não pode ser utilizado para a construção do indicador clássico de médicos por 1 000 habitantes (o qual estaria baseado no número de inscritos nos conselhos profissionais, incluídos os que não estão no exercício de atividades assistenciais de saúde), mas permite produzir uma aproximação que é o indicador de empregos médicos por 1 000 habitantes.

Neste indicador, são considerados todos os estabelecimentos de saúde, inclusive os que não prestam serviços básicos.

Tabela 3 – Recursos e Cobertura - 2004

	GRANJA	CEARÁ	
transferência do SUS para os municípios hab/ano (R\$ 1,00)	38		Mede a disponibilidade de recursos transferidos ao município, a serem gastos por habitante; O indicador é fortemente influenciado pelo tamanho da população, complexidade da rede de serviços, série histórica de gastos, condição de gestão, situação do município no PDR do Estado, infraestrutura existente, dentre outros critérios estabelecidos pelas políticas públicas de atenção à saúde no SUS.
receitas de impostos diretamente arrecadados por hab/ano (R\$1,00)	5	400	Mostra a capacidade de arrecadação do Município e ou Estado por habitante ano.
proporção da receita própria aplicada em saúde EC 29/2000	21,6	12,9	Representa o percentual gasto em ações e serviços públicos de saúde de acesso universal, financiado com recursos próprios;
despesa total com saúde hab/ano (R\$1,00)	78	87	Avalia quanto o município gastou em saúde por habitante ano. Representa o percentual gasto em ações e serviços públicos de saúde de acesso universal, financiado com recursos próprios;
nº postos de saúde (2003)	5	729	Mede a disponibilidade
nº centros de saúde (2003)	1	437	
nº equipe PSF	7	1141	
nº equipe PSF com profissionais de saúde bucal	7	733	
nº de agentes de saúde	109	8936	
nº de leitos hospitalares (SUS) hab/ano	0,6	2,1	
média consulta Médica Básica (SUS) hab/ano	1	1,4	Mede a capacidade da rede básica em prestar assistência individual.
média mensal visita domiciliar	0,5	0,7	Mede a frequência com que o serviço de saúde se faz presente nas residências das pessoas. Indica tendência de mudanças de modelo assistencial, num enfoque de promoção da saúde.
razão entre procedimentos odontológicos coletivos na população de 0 a 14 anos	0,2	0,2	Dimensiona a cobertura dos procedimentos coletivos – conjunto de ações composto de educação em saúde, exame epidemiológico, aplicação tópica de flúor (em bochechos, gel ou creme dental) além de escovação supervisionada–, na população. É apresentado em forma de razão. Assim a relação mais favorável, indicativa de boa cobertura das ações preventivas de saúde bucal, estaria mais distante de 0,0 e próxima de 1.
cobertura de famílias pelo PSF	49,5	68,4	Mede a cobertura de famílias cadastradas pelo Programa de Saúde da Família.
cobertura da população pelo PSF	56,1	63,4	Mede a cobertura populacional do Programa de Saúde da Família.
cobertura 1ª consulta odontológica	6,2	11,8	Avalia o acesso da população aos serviços de saúde bucal.
levantamento do índice amostral de infestação predial pelo Aedes aegypti	4		Mede a efetividade das ações de controle vetorial da dengue

FONTE - SESA CE - IDB Ceará, v. 4, , 2005

### 3.2.7 PROMOVER A AUTONOMIA E A AUTOREALIZAÇÃO DOS INDIVÍDUOS

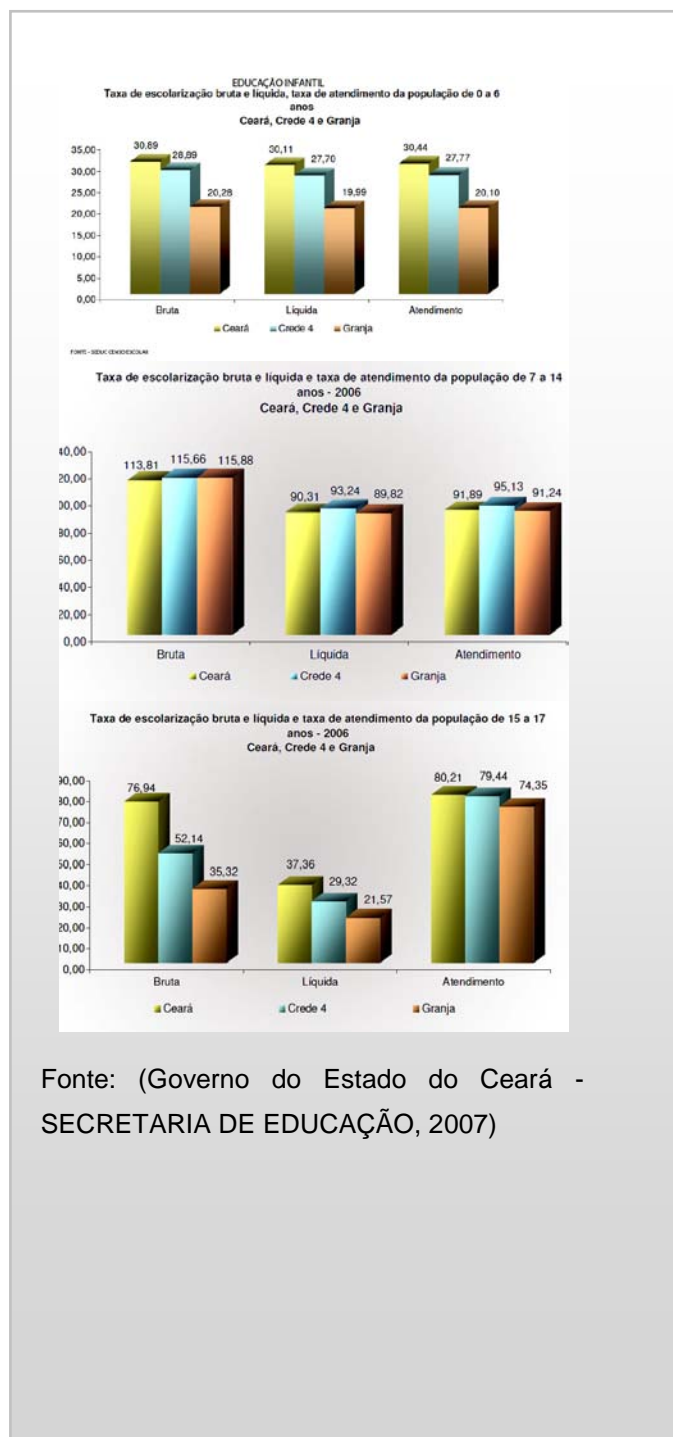
#### RECOMENDAÇÃO 3-11 - UNIVERSALIZAR O ENSINO

A educação é uma das prioridades para um país. Ela é fundamental para promover o desenvolvimento sustentável, capacitando os cidadãos para lidar com as questões que o envolvem, facilitando, assim, a aquisição de valores, habilidades e conhecimentos consistentes com a temática, e necessários à implementação de estratégias local e nacional. Isto começa a partir da garantia do acesso universal à educação. A taxa de escolarização mostra o acesso, abrangendo desde o pré-escolar até o curso superior.

As faixas etárias utilizadas neste indicador correspondem àquelas adequadas à educação infantil (5 e 6 anos), ensino fundamental (7 a 14 anos), ensino médio (15 a 17 anos), superior incompleto (18 e 19 anos) e superior completo (20 a 24 anos), entretanto, é importante ressaltar que existe uma elevada distorção idade-série. Nesse sentido, um determinado percentual de jovens pode declarar estar freqüentando a escola, contudo, não estar no nível de ensino adequado a sua idade.

A esse respeito existe o indicador taxa de freqüência líquida, também calculado pelo IBGE, que considera a adequação série-idade do sistema educacional brasileiro.

Granja está aquém da média estadual e da apresentada pela CREDE tanto no que se refere a população como na de 15 a 17 anos, o que indica que estes dois segmentos devem ser preferenciais nas políticas educacionais a serem adotadas.



Fonte: (Governo do Estado do Ceará - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 2007)

O ensino fundamental, para o grupo de 7 a 14 anos, é a escolaridade mínima obrigatória estabelecida

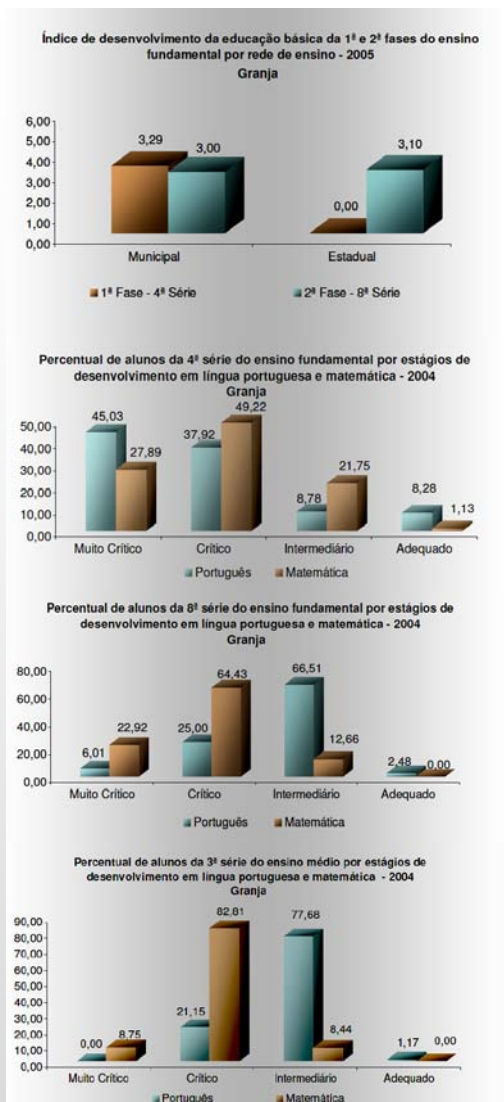
na Constituição Federal de 1988 (Artigo 60, § 6º) e regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases, de 20.12.1996. A Constituição Federal também determinou a universalização do acesso a este nível de ensino.

O acesso da população à escola vem aumentando todavia, este acesso não garante a qualidade do ensino.

**RECOMENDAÇÃO 3-12- MELHORAR A QUALIDADE DO ENSINO**

A aquisição de conhecimentos básicos e a formação de habilidades cognitivas, objetivos tradicionais de ensino, constituem condições indispensáveis para que as pessoas tenham capacidade para processar informações, selecionando o que é relevante, e continuar aprendendo. A educação estimula uma maior participação na vida política, desenvolve a consciência crítica, permite a geração de novas idéias e confere a capacidade para a continuação do aprendizado. Permite o discernimento, por parte dos cidadãos, de seus direitos e deveres para com a sociedade e o espaço que ocupam e no qual interagem, sendo agentes atuantes na organização e dinâmica do mesmo.

Granja necessita urgentemente implementar ações que visem melhorar a qualidade do ensino administrado no município, pois como os gráficos bem demonstram são baixíssimos os índices de educação adequada em todos os níveis e nas diferentes formas de avaliação.



FONTE: (Governo do Estado do Ceará - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 2007)

Médias Gerais em língua portuguesa e matemática da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio - Ceará Crede 4 e Granja - 2004.

Recorte Geográfico	Médias Gerais					
	4ª Série (EF)		8ª Série (EF)		3ª Série (EM)	
	Port.	Matem.	Port.	Matem.	Port.	Matem.
Ceará	152,71	158,78	204,39	224,12	230,37	255,20
Crede 4	145,15	151,25	210,17	226,23	234,81	257,02
Granja	138,29	149,21	214,53	228,90	230,19	251,95

Fonte: SEDUC.

AVALIAÇÃO NACIONAL DO RENDIMENTO ESCOLAR - PROVA BRASIL

Percentual de alunos da 4ª série do ensino fundamental por estágios de desenvolvimento em língua portuguesa e matemática - 2005 - Ceará Crede 4 e Granja - 2005.

Recorte Geográfico	Estágios de desenvolvimento(%)							
	Muito Crítico		Crítico		Intermediário		Adequado	
	Port.	Matem.	Port.	Matem.	Port.	Matem.	Port.	Matem.
Ceará	19,44	11,96	48,82	51,81	17,73	34,82	13,99	1,42
Crede 4	25,45	15,15	50,30	54,75	13,90	28,95	10,35	1,15
Granja	29,80	17,73	49,36	55,57	12,43	25,59	8,42	1,09

Fonte: INEP.

AVALIAÇÃO NACIONAL DO RENDIMENTO ESCOLAR - PROVA BRASIL

Percentual de alunos da 8ª série do ensino fundamental por estágios de desenvolvimento em língua portuguesa e matemática - Ceará Crede 4 e Granja - 2005.

Recorte Geográfico	Estágios de desenvolvimento(%)							
	Muito Crítico		Crítico		Intermediário		Adequado	
	Port.	Matem.	Port.	Matem.	Port.	Matem.	Port.	Matem.
Ceará	3,52	8,97	36,74	67,31	58,04	23,36	1,71	0,36
Crede 4	2,97	9,74	42,64	69,54	53,50	20,67	0,89	0,06
Granja	4,43	9,79	48,95	72,26	46,38	17,71	0,23	0,23

Fonte: INEP.

### RECOMENDAÇÃO 3-13- INCENTIVAR E MOTIVAR PARA ATINGIR METAS DE EDUCAÇÃO

A inserção em um mercado de trabalho competitivo e exigente de habilidades intelectuais requer um maior nível de escolaridade e um ensino de qualidade.

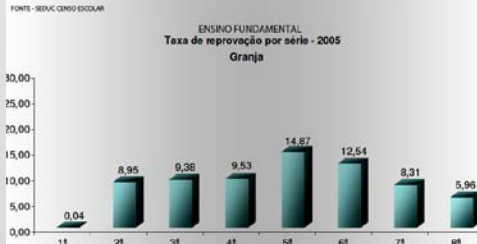
Além disso, o conhecimento, a informação e uma visão mais ampla dos valores são componentes básicos para o exercício da cidadania e do desenvolvimento sustentável.

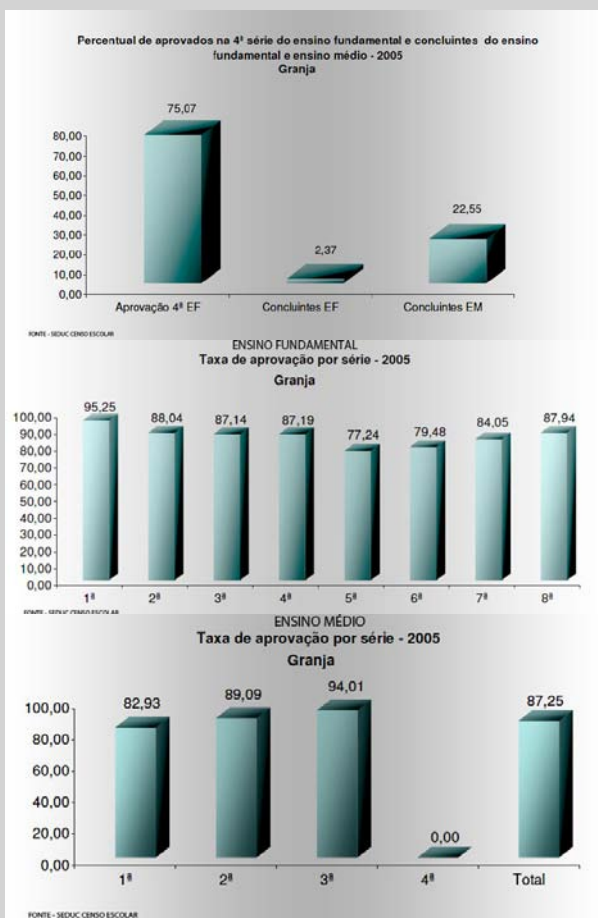
Ainda que por si só a educação não assegure a produção e distribuição de riquezas, a justiça social em todas as discriminações sociais, ela é, sem dúvida, parte indispensável do processo para tornar as sociedades mais prósperas, justas e igualitárias.

As taxas de abandono são muito elevadas em Granja.

A queda no percentual de alunos na escola a partir dos 15 anos, reflete a elevada evasão escolar ainda presente.

Campanhas promocionais de valorização da educação se fazem prementes.



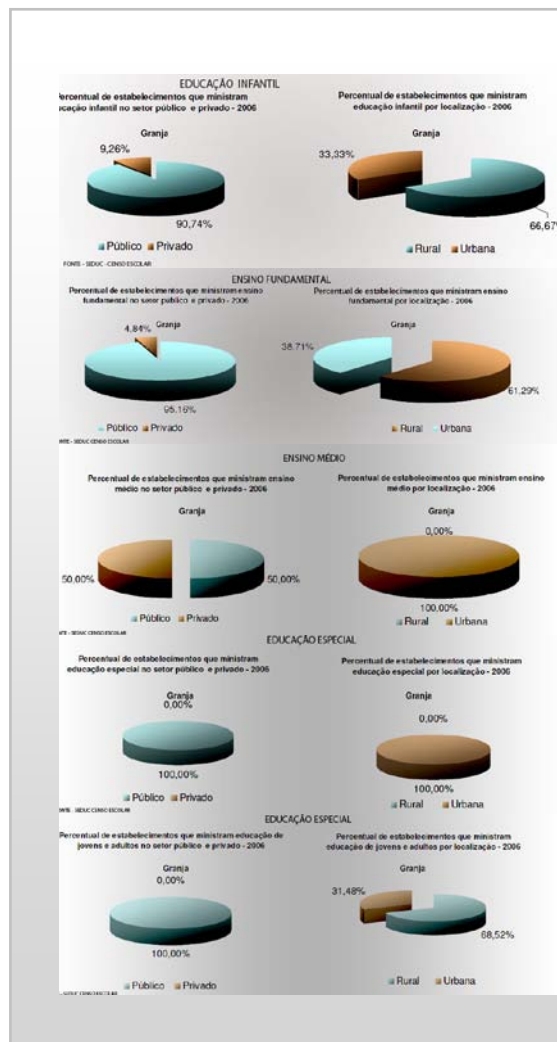
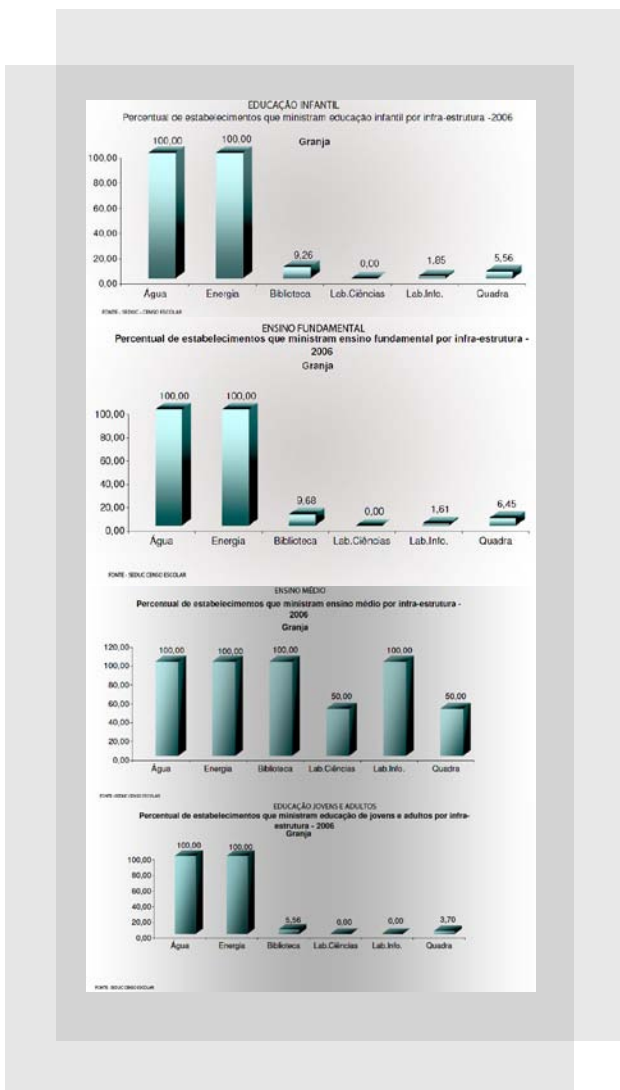


### 3.2.8 FORNECER CONDIÇÕES FÍSICAS PARA O MELHOR DESEMPENHO DA EDUCAÇÃO

#### RECOMENDAÇÃO 3-14- AMPLIAR A REDE ESCOLAR E QUALIFICAR AS ESCOLAS

Basicamente a rede escolar de Granja é composta de escolas públicas localizadas na zona urbana.

As destinadas ao ensino infantil e fundamental são carentes de equipamentos.



### 3.2.9 QUALIFICAR O CORPO DOCENTE

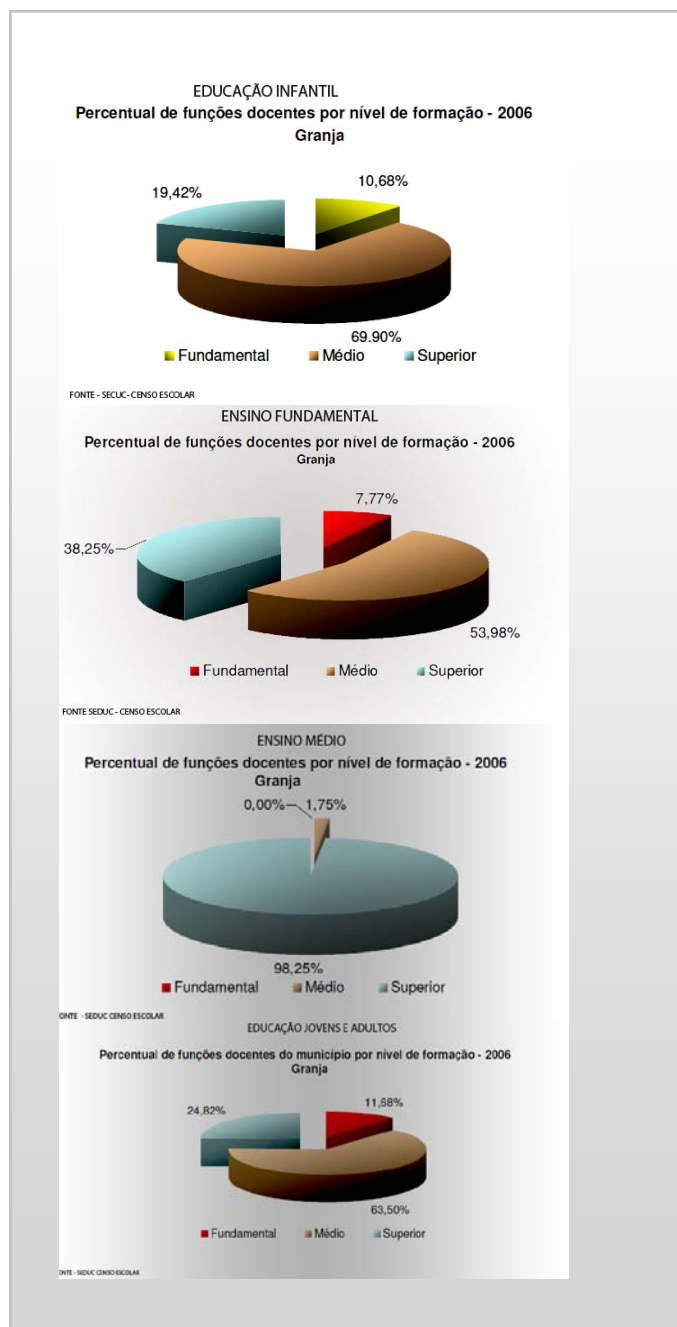
#### RECOMENDAÇÃO 3-15- CAPACITAR OS PROFESSORES

Não se pode pensar em melhorar as condições de educação sem a implementação de um forte esquema de capacitação do corpo docente.

Além da elevação do nível de instrução, são necessárias ações voltadas para a educação continuada, principalmente dirigida para a absorção dos novos métodos de ensino e incorporação da informática no aprendizado.

#### RECOMENDAÇÃO 3-16 -FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS

Implementação de projetos de formação, programação de cursos, seminários e oficinas, produção de material didático-pedagógico específico voltado à disseminação de metodologias inovadoras na educação de jovens, são algumas das ações a serem empreendidas quando se almeja atingir níveis elevados de qualificação profissional.



### 3.2.10 AUMENTAR AS CAPACIDADES

#### RECOMENDAÇÃO 3-17- QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DE TRABALHADORES

Disponibilização de oportunidades de qualificação social (reflexão sobre cidadania, fortalecimento e o mundo do trabalho), profissional (fundamentos técnico-científicos da ocupação) e ocupacional (atividades específicas à ocupação), em articulação com a intermediação de mão-de-obra, geração de emprego e renda e elevação de escolaridade, visando apoiar a manutenção ao emprego, trabalho e renda e/ou inserção desses trabalhadores/as, no mercado de trabalho e a ampliação de suas oportunidades de geração de emprego e renda.

#### RECOMENDAÇÃO 3-18- ELEVAÇÃO DA ESCOLARIDADE E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL – PROJOVEM URBANO E RURAL

Estratégias que reconduzam os jovens para os sistemas educacionais, criando e validando múltiplas formas e múltiplos espaços de aprendizagem, de modo a ampliar o acesso aos sistemas de ensino e aumentar a probabilidade de permanência neles. A qualificação profissional é a formação do jovem para o desenvolvimento de atividades no mundo do trabalho, de forma integrada à elevação da escolaridade.

#### RECOMENDAÇÃO 3-19- QUALIFICAÇÃO E ASSISTÊNCIA AO JOVEM PARA O EMPREENDEDORISMO

Qualificação profissional e assistência técnica destinadas ao jovem, visando à disseminação de conhecimentos gerenciais e o acompanhamento adequado à tomada de crédito para iniciativas de empreendedorismo.

### 3.2.11 AMPLIAR E FORTALECER O CAPITAL SOCIAL

#### RECOMENDAÇÃO 3-20- AMPLIAR A CAPACIDADE DE MOBILIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Favorecer iniciativas coletivas que dependem em grande medida, da coesão social, solidariedade e confiança dentre os que delas participam.

Estabelecer normas, apoiar instituições e organizações que promovem: a confiança, a ajuda recíproca e a cooperação.

Criar formas de conexão com comunidades externas

Favorecer o funcionamento de normas e sanções consentidas, ressaltando os interesses públicos coletivos

Criar na sociedade uma consciência crescente sobre os valores e os problemas éticos;

Promover a integração dos diferentes setores a este debate;

Capital social externo é concernente às conexões de uma pessoa ou da comunidade com pessoas ou grupos fora do próprio grupo e que têm outra (melhor) dotação de ativos. É considerado como um poderoso mecanismo para contribuir para o sucesso dos programas de superação da pobreza que, além disso, ajuda a coesão social, um elemento crítico para a estabilidade social e o bem estar econômico em longo prazo

No plano coletivo, o capital social ajudaria a manter a coesão social, pela obediência às normas e leis; a negociação em situação de conflito e a prevalência da cooperação sobre a competição, tanto nas escolas quanto na vida pública, o que resultaria em um estilo de vida baseado na associação espontânea, no comportamento cívico, enfim, numa sociedade mais aberta e democrática.

#### RECOMENDAÇÃO 3-21- ESTIMULAR ATIVIDADES CULTURAIS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

A democratização da cultura, através da criação de espaços culturais acessíveis às populações desfavorecidas, permite criar vias de integração. Atividades culturais podem funcionar como um sistema educativo complementar, reforçando o trabalho da escola, inclusive para adolescentes e adultos que abandonaram antes do tempo o ensino oficial. Desenvolvendo uma ampla variedade de programas, os espaços culturais podem oferecer opções alternativas de identidade, pertinência e participação social. A família, instituição social básica de integração social, seria a principal beneficiada por programas culturais, reforçando os vínculos afetivos e espirituais que contribuem à melhoria do rendimento escolar das crianças e no desenvolvimento de sua inteligência emocional e criativa. Outro aspecto positivo reside no estímulo a uma cultura de saúde preventiva, envolvendo todos os membros da família.

Colaboração entre o poder público e a sociedade civil afigura-se como fator fundamental para mobilizar e liberar as forças criativas latentes para a luta por um desenvolvimento sustentável em nossa sociedade.

#### RECOMENDAÇÃO 3-22- VIABILIZAR A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO PRODUTIVA

Consiste no co-financiamento de ações sócio-assistenciais complementares às políticas públicas setoriais que favoreçam a geração de trabalho e renda como estratégia básica para a conquista da autonomia pessoal e familiar.

Tem o objetivo de realizar cursos de formação profissional e a capacitar agentes multiplicadores em parcerias com agremiações e associações culturais situadas em comunidades populares utilizando seus espaços físicos.

### 3.2.12 ESTIMULAR AÇÕES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

#### RECOMENDAÇÃO 3-23 - FOMENTO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA A EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS E REDES DE COOPERAÇÃO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ações de assistência técnica aos Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação da Economia Solidária por meio de projetos de cooperação elaborados de forma participativa, que incorporem a dimensão cultural e territorial nos processos produtivos, fortalecendo práticas autogestionárias, justas e solidárias nos processos produtivos, melhorando a qualidade dos produtos, assessorando na elaboração de planos de negócio, de planos de marketing e nos registros fiscais e contábeis adequados à legislação vigente. A ação também propiciará a identificação e apoio à constituição e fortalecimento de redes de cooperação

#### RECOMENDAÇÃO 3-24 - FOMENTO A REDES DE COOPERAÇÃO DE ARTESANATO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

Constituir empreendimentos autogestionários; apoiar a constituição de redes de Economia Solidária; apoiar a implementação de arranjos criativos para a comercialização de bens e serviços; apoiar as ações de transferência e adequação tecnológica aos empreendimentos solidários e suas formas de articulação; apoiar os processos de incubagem de empreendimentos e de redes de Economia Solidária.

#### RECOMENDAÇÃO 3-25 - FOMENTO ÀS FINANÇAS SOLIDÁRIAS COM BASE EM BANCOS COMUNITÁRIOS E FUNDOS SOLIDÁRIOS

Realização de Convênios com entidades que atuam como Bancos Comunitários de Desenvolvimento para desenvolver atividades de formação, equipagem e divulgação dessas iniciativas para a população local. A ação destina-se também a apoiar projetos de fundos rotativos solidários, por meio da articulação junto a bancos públicos para a disponibilização de recursos financeiros não reembolsáveis a entidades que mantenham fundos solidários que atendem iniciativas associativas e comunitárias de produção de bens e serviços. Além do acesso ao crédito, o objetivo da ação também é propiciar que no âmbito dos fundos rotativos solidários também se ofereça diagnóstico, acompanhamento e assistência técnica dos projetos por eles financiados.

### 3.2.13 PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS DE BASE LOCAL

#### RECOMENDAÇÃO 3-26 - ESTRUTURAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Estruturação ou aprimoramento de processos produtivos e de sistemas de comercialização, inclusive com implantação de estruturas físicas e aquisição de equipamentos, em empreendimentos preferencialmente associativos e de caráter regional, visando o acesso às oportunidades de mercado.

#### RECOMENDAÇÃO 3-27 - FORTALECIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Estudos, eventos, publicações que visem ao fortalecimento das cadeias produtivas e à busca de consenso em relação aos gargalos, oportunidades e desafios de cada uma das cadeias produtivas que se estabeleçam na economia granjense, dirigindo o resultado do diálogo para definição de um conjunto de ações e metas desafiadoras para a solução dos problemas e aproveitamento de oportunidades.

#### RECOMENDAÇÃO 3-28 - FOMENTO À INSTALAÇÃO DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS.

Estudos para identificação de oportunidades de mercado para desenvolvimento das potencialidades produtivas, incremento e maior inserção da produção local no mercado interno, com a formulação de estratégias de comercialização e marketing, que poderão incluir a criação de centrais de comercialização e centrais de abastecimento e logística, integração em grandes redes de distribuição e comercialização, desenvolvimento de marcas próprias, criação e produção de material de divulgação, apoio à participação em feiras nacionais etc., de acordo com as necessidades específicas identificadas em cada consórcio ou associação de empresas participante do projeto.

#### OBJETIVO:

Apoiar as Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte no esforço de inserção comercial dos seus produtos no mercado interno fortalecendo os Arranjos Produtivos e fomentando o desenvolvimento regional e local.

#### RECOMENDAÇÃO 3-29 - ESTIMULAR A CAPACITAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE

Realização ou apoio a oficinas de trabalho, projetos de capacitação, palestras, seminários; elaboração, preparação, confecção e distribuição de materiais técnicos; desenvolvimento de softwares, manuais e cartilhas, para capacitação de administradores, agentes de crédito e empreendedores formais e informais.

#### RECOMENDAÇÃO 3-30 - ORGANIZAÇÃO DOS MICRO E PEQUENOS VAREJISTAS

Promover e consolidar melhorias nas relações mercantis entre fornecedores e comerciantes de pequeno porte, com reflexo na qualidade das ofertas de produtos às comunidades locais. Seu objetivo é induzir ações que promovam o fortalecimento e a expansão dos canais regulares de suprimento de produtos

básicos às comunidades mais necessitadas, favorecendo mercadorias de qualidade e a preços compatíveis.

#### RECOMENDAÇÃO 3-31 - PROMOÇÃO COMERCIAL DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Estudos para identificação de oportunidades de mercado para desenvolvimento das potencialidades produtivas, incremento e maior inserção da produção local no mercado interno, com a formulação de estratégias de comercialização e marketing, que poderão incluir a criação de centrais de comercialização e centrais de abastecimento e logística, integração em grandes redes de distribuição e comercialização, desenvolvimento de marcas próprias, criação e produção de material de divulgação, apoio à participação em feiras nacionais etc., de acordo com as necessidades específicas identificadas em cada consórcio ou associação de empresas participante do projeto.

##### OBJETIVO:

Apoiar as Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte no esforço de inserção comercial dos seus produtos no mercado interno fortalecendo os Arranjos Produtivos e fomentando o desenvolvimento regional e local.

#### RECOMENDAÇÃO 3-32 - INSERÇÃO DO DESIGN EM SETORES PRODUTIVOS

Promoção de iniciativas (concursos, oficinas, exposições) junto a empresas nacionais destinadas à promoção do design como instrumento estratégico para a competitividade dos bens e serviços, viabilizando a agregação de valor ao produto.

### 3.2.14 APOIAR A AGRICULTURA FAMILIAR

#### RECOMENDAÇÃO 3-33 - FOMENTO A PROJETOS DE DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA E AGREGAÇÃO DE VALOR NA AGRICULTURA FAMILIAR

Melhoria das condições de vida dos agricultores familiares ao buscar mecanismos de aumento do valor agregado de sua produção, através das seguintes ações:

- Constituição de uma base de dados e informações sobre mercados agrícolas, produtos diferenciados, artesanais e transformados, assim como sobre tendências de mercado e de consumo para os produtos da agricultura familiar, que resultem na ampliação da produção de produtos diferenciados (orgânicos, de origem e do mercado justo) entre os agricultores familiares;
- Desenvolvimento de atividades não-agrícolas entre os agricultores familiares; fomentar, ampliar e qualificar a organização dos agricultores familiares nas diferentes cadeias produtivas em que estão inseridos;
- Promoção de produtos da agricultura familiar nos mercados internos e externos;

- Constituição de organizações e redes de comercialização voltadas para o escoamento dos produtos da agricultura familiar; promoção da agricultura familiar junto a outros setores econômicos (indústria, comércio e serviços), visando novas oportunidades de negócios e renda para os agricultores familiares.

Acelerar o processo de inserção dos agricultores familiares no mercado nacional e internacional, pela execução de ações previamente selecionadas para atuação em cada realidade.

#### RECOMENDAÇÃO 3-34 - APOIAR PROJETOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE AGRICULTURA FAMILIAR

Experimentação e implantação de tecnologias apropriadas ao potencial dos agricultores familiares, aperfeiçoando os sistemas locais, com o fortalecimento do processo de diferenciação do produto pelas características do território, sejam elas ambientais ou culturais; introdução de práticas para minimizar a agressão ao meio ambiente e contribuir para a conservação dos ecossistemas; e apoio às iniciativas de formação de redes de agricultores experimentadores para, a partir da experiência local, aperfeiçoar e desenvolver sistemas produtivos de mesmas características.

Apoiar financeiramente projetos que visem o desenvolvimento e experimentação de conhecimentos e tecnologias, utilizando as potencialidades econômicas e ambientais locais capazes de contribuir para a promoção do desenvolvimento dos agricultores familiares.

#### RECOMENDAÇÃO 3-35 - DAR SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS DE AGRICULTORES FAMILIARES

A ação compreende, em uma primeira fase, a identificação de oportunidades de desenvolvimento econômico e fortalecimento de ativos sociais para geração de meio condutivo ao desenvolvimento de negócios sustentáveis. Isto será feito com a realização de diagnósticos para identificação de negócios, seleção de beneficiários (empreendimentos individuais familiares ou associativos, indivíduos ou grupos com idéias ou iniciativas de novos empreendimentos), planejamento da produção e elaboração de planos de negócios.

### 3.2.15 INCENTIVAR O SETOR AGROPECUÁRIO

#### RECOMENDAÇÃO 3-36 – APOIAR O PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR AGROPECUÁRIO

Criação de incentivo e fomento à produção agropecuária por meio da manutenção de estradas vicinais, aquisição de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas, equipamentos de processamento agroindustrial e obras agropecuárias em investimentos de pequeno vulto. Auxílio para correção de solos. Elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação de projetos que visem ao desenvolvimento sustentável.

**RECOMENDAÇÃO 3-37 - APOIAR PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO**

Apoiar projetos de investimentos visando a solução de problemas locais ou a superação de pontos de estrangulamentos nas etapas de produção e comercialização de produtos agropecuários, tais como: construções e reformas de mercados, centrais, entrepostos, feiras livres, centros de treinamento, parques de exposição, pomares, hortas, lavouras comunitárias, bem como para a aquisição de máquinas e equipamentos agro-industriais e patrulhas mecanizadas.

**3.2.16 PROMOVER GRUPOS ESPECIAIS****RECOMENDAÇÃO 3-38 - PROMOVER A CAPACITAÇÃO DE ARTESÃOS E MULTIPLICADORES**

Realização de oficinas de trabalho, palestras, seminários, cursos, elaboração, confecção e preparação de cartilhas e manuais para capacitação dos Coordenadores de Artesanato, de artesãos e multiplicadores nas áreas de gestão de negócios (planejamento, produção e comercialização). Proporcionar a qualificação dos artesãos e multiplicadores nas atividades que abrangem a produção e comercialização artesanal, inclusive com a criação de oficinas de excelência.

**RECOMENDAÇÃO 3-39 - DAR INCENTIVO À AUTONOMIA ECONÔMICA E AO EMPREENDEDORISMO DAS MULHERES**

Apoio técnico e financeiro a projetos de referência nas áreas de geração de emprego, trabalho e renda, como incubadora, cooperativas e associações, que tenham por objetivo fortalecer a participação das mulheres no mundo do trabalho.

**3.2.17 REALIZAR AÇÕES DE MUNICÍPIO EMPREENDEDOR****RECOMENDAÇÃO 3-40 - ADQUIRIR ALIMENTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar para utilização na merenda escolar ou doação às famílias em situação de insegurança alimentar, recomposição dos estoques públicos e comercialização, são formas de promoção e incentivo a agricultura familiar. Compreende a aquisição propriamente dita, transporte, armazenagem, distribuição e possível venda de alimentos.

O objetivo é combater a insegurança alimentar pelo incentivo à produção de alimentos e garantia da diversificação, regularidade e quantidade na alimentação básica de famílias carentes urbanas e rurais. Promover o acesso à renda mínima para garantia de segurança alimentar e nutricional, gerar emprego, dinamizar a economia local e apoiar ações a favor de hábitos alimentares saudáveis, preservação de valores culturais, do meio-ambiente e outros.

Melhoria das condições de vida dos agricultores familiares ao buscar mecanismos de aumento do valor agregado de sua produção, através das seguintes ações:

- Constituição de uma base de dados e informações sobre mercados agrícolas, produtos diferenciados, artesanais e transformados, assim como sobre tendências de mercado e de consumo para os produtos da agricultura familiar, que resultem na ampliação da produção de produtos diferenciados (orgânicos, de origem e do mercado justo) entre os agricultores familiares;
- Desenvolvimento de atividades não-agrícolas entre os agricultores familiares; fomentar, ampliar e qualificar a organização dos agricultores familiares nas diferentes cadeias produtivas em que estão inseridos;
- Promoção de produtos da agricultura familiar nos mercados interno e externo;
- Constituição de organizações e redes de comercialização voltadas para o escoamento dos produtos da agricultura familiar; promoção da agricultura familiar junto a outros setores econômicos (indústria, comércio e serviços), visando novas oportunidades de negócios e renda para os agricultores familiares.

Acelerar o processo de inserção dos agricultores familiares no mercado nacional e internacional, pela execução de ações previamente selecionadas para atuação em cada realidade.

#### RECOMENDAÇÃO 3-41 - PROMOVER FEIRAS E EVENTOS PARA COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ARTESANAL

Apoio à participação em feiras e eventos nacionais, regionais e locais e criação de espaços permanentes em instituições públicas e privadas para exposição e comercialização do artesanato.

OBJETIVO: Identificar novos espaços mercadológicos adequados à divulgação e comercialização dos produtos artesanais, mediante a participação em feiras e eventos nacionais e internacionais.

#### RECOMENDAÇÃO 3-42 - IMPLANTAR TELECENTROS PARA ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS

É a instalação de estrutura física para receber os acessos eletrônicos a fim de possibilitar o funcionamento dos mesmos, beneficiando e facilitando a oferta de serviços por meio eletrônico.

Tendo como objetivo a disponibilização de instalações físicas, mobiliários e veículos necessários à operação por meio eletrônico com vistas à melhoria da gestão e da qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

#### RECOMENDAÇÃO 3-43 - FOMENTO PARA A ORGANIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DE COOPERATIVAS ATUANTES COM RESÍDUOS SÓLIDOS

Realização de estudos de viabilidade econômica de empreendimentos relacionados com resíduos sólidos; subsidiar financeiramente projetos de incubação de cooperativas que trabalham com resíduos sólidos; estímulo e apoio a ações de constituição de complexos cooperativos nas cadeias produtivas relacionadas aos resíduos sólidos; articulação de parcerias com outros órgãos buscando a não sobreposição de ações e a otimização dos recursos.

**RECOMENDAÇÃO 3-44 - IMPLANTAR PROJETOS DE REAPROVEITAMENTO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS**

Compostagem é o processo biológico de decomposição da matéria orgânica contida em restos de origem animal e vegetal. Este processo tem como resultado final um produto que pode ser aplicado ao solo para melhorar suas características físicas e químicas, sem ocasionar riscos ao meio ambiente.

Essa ação visa capacitar os municípios para o desenvolvimento de projetos que utilizem esta técnica para reciclar os resíduos orgânicos.

**RECOMENDAÇÃO 3-45 - APOIAR A INSTALAÇÃO DE RESTAURANTES E COZINHAS POPULARES**

As Cozinhas Comunitárias são equipamentos com capacidade média de atendimento e sua operacionalização pode ser assumida por Organizações Comunitárias inseridas em programas municipais de geração de trabalho e renda. Essas unidades, além de fazerem parte de uma estratégia de ampliação da oferta de refeições nutricionalmente balanceadas representam, também, uma estratégia de inclusão social produtiva, de fortalecimento da ação coletiva e da identidade comunitária. As Cozinhas Comunitárias contemplam, ao mesmo tempo, três áreas de atuação: trabalho (geração de emprego e renda), saúde (segurança alimentar e nutricional) e educação (treinamento teórico e prático - popularização de tecnologias para processos e produção de alimentos, com certificação).

O objetivo é incentivar e apoiar a implantação de pequenas unidades de produção de refeições, contemplando as áreas de grande concentração da população, inclusive em locais de ocupação subnormal, servidas em ambientes adequados, de qualidade e compatível com os requisitos para uma alimentação saudável e uma vida digna.

**RECOMENDAÇÃO 3-46 - PRODUÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO POR COMUNIDADES CARENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL – Pintando a Cidadania**

Confecção de materiais esportivos, tais como bolas, redes, mesas de tênis de mesa, tabelas de basquete, uniformes esportivos, e sacolas.

**OBJETIVO:** Fomentar e apoiar os programas sociais e estratégicos de esporte, repercutindo em geração de postos de trabalho em comunidades com risco social.